

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

Relatório de desempenho
Janeiro a Dezembro de 2025



COMPOSIÇÃO

Presidente e Corregedor: Desembargador Tomás Bawden de Castro Silva

Vice-Presidente e Vice-Corregedor: Desembargador César Palumbo Fernandes

Ouvidor: Desembargador Marcio Vasques Thibau de Almeida

Desembargadores do Trabalho: André Luís Moraes de Oliveira, Francisco das Chagas Lima Filho, João de Deus Gomes de Souza e João Marcelo Balsanelli

Secretária-Geral da Presidência: Graziela Martins Barbosa Guazina de Siqueira

Diretor-Geral: Gerson Martins de Oliveira



EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Mateus Cominetti

Géssica Cabral

REVISÃO E APROVAÇÃO

Subcomitê de Sustentabilidade e Inovação

Desembargador Marcio Vasques Thibau de Almeida

Juíza Déa Marisa Brandão Cubel Yule

Gerson Martins de Oliveira

José Silva Barbosa

João Márcio Hidalgo Talarico

Renata Aparecida da Silva

Amon Micael Fernandes Flores

Neurenas Vieira Fernandes

Mateus Cominetti

Élida Martins de Oliveira Taveira



ÍNDICE

Apresentação	5
Papel Sulfite	6
Copos descartáveis	7
Água envasada	8
Impressão de documentos	9
Energia Elétrica	11
Água e Esgoto	13
Gestão de Resíduos	15
Reformas e construções	17
Limpeza	18
Vigilância	19
Telefonia	20
Veículos	21
Combustível	22
Aquisições e contratações	23
Qualidade de vida	25
Capacitação em sustentabilidade	27
Acessibilidade e Inclusão	28
Equidade	30
Descarbonização	31
Análise de desempenho	33
Justificativas	34



APRESENTAÇÃO

O Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (PLS-TRT24) tem por finalidade apresentar os resultados dos indicadores e das ações que integram o referido Plano, bem como servir como instrumento de acompanhamento de sua execução, nos termos do art. 10 da Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021.

O processo de avaliação reveste-se de relevância fundamental para a gestão de políticas públicas, na medida em que possibilita o monitoramento orientado ao cumprimento dos objetivos e das metas estabelecidas, permitindo a identificação de eventuais fragilidades, a necessidade de revisão de decisões e a racionalização do uso dos recursos públicos.

Nesta edição, são apresentados os resultados do desempenho dos indicadores apurados no período de janeiro a dezembro de 2025. As informações encontram-se organizadas de acordo com os eixos temáticos previstos no PLS-TRT24 e constituem subsídio para o monitoramento contínuo da execução do Plano, bem como para a adoção de eventuais ajustes que se mostrarem necessários.

O presente relatório consolida dados fornecidos pelas unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, bem como informações extraídas do Sistema de Controle de Material e Patrimônio (SCMP) e do Sistema de Gerenciamento de Processos Administrativos (PROAD), referentes ao ano-base de 2025.

Ressalte-se, por fim, que a avaliação de desempenho do Plano não contempla a análise de fatores externos, tais como inflação ou variações tarifárias de serviços.



PAPEL SULFITE

OBJETIVO: racionalizar o consumo de papel sulfite no TRT da 24ª Região.

META: Reduzir em 60% o consumo de resmas de papel sulfite em 2025, em relação ao ano de 2019.

RESPONSÁVEL: Coordenadoria de Material e Logística

RESULTADO APURADO EM 2025: Foram consumidas 642 resmas, o que representa uma **redução de 75,52%** em relação ao consumo registrado em 2019. Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE RESMAS E DOS GASTOS

No período de 2019 a 2025, observa-se variação significativa no consumo de resmas de papel e nos respectivos gastos anuais.

Em **2019**, foram consumidas 2.622 resmas, totalizando despesa de R\$ 39.354,34.

No ano de **2020**, o consumo reduziu para 1.214 resmas, com gasto total de R\$ 19.116,71.

Em **2021**, registrou-se o consumo de 1.203 resmas, correspondendo ao montante de R\$ 18.225,32.

No exercício de **2022**, foram consumidas 957 resmas, com despesa de R\$ 14.805,56.

Em **2023**, o quantitativo foi de 869 resmas, totalizando R\$ 16.836,87 em gastos.

No ano de **2024**, verificou-se novo decréscimo no consumo, com 565 resmas adquiridas, ao custo de R\$ 9.682,46.

Por fim, em 2025, foram consumidas 642 resmas, com gasto total de R\$ 14.380,80.

De modo geral, constata-se tendência de redução no consumo ao longo da série histórica, com oscilações pontuais nos valores despendidos, especialmente no exercício de 2025, quando houve aumento do gasto em relação ao ano anterior, apesar de o quantitativo permanecer inferior aos anos iniciais da série analisada.

AÇÕES IMPLEMENTADAS (programa permanente):

1.1 - Estabelecer cotas de fornecimento de papel sulfite para as unidades.

1.2 - Manter a aquisição apenas de papel que possua selo de sustentabilidade, tais como FSC e Cerflor.

1.3 - Realizar campanhas de conscientização para consumo racional de papel sulfite.



COPOS DESCARTÁVEIS

OBJETIVO: não utilizar copos plásticos descartáveis.

META: Reduzir em 100% o consumo de copos descartáveis em relação ao ano de 2019.

RESPONSÁVEL: Coordenadoria de Material e Logística

RESULTADO APURADO EM 2025: Não foram utilizados copos plásticos em 2025.

Assim, verifica-se **o cumprimento da meta** estabelecida para o exercício.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS

No período analisado, observa-se expressiva redução no consumo de copos descartáveis, culminando na completa descontinuidade de sua utilização a partir de 2021.

Em 2019, foram consumidos 2.835 pacotes de copos descartáveis.

No exercício de 2020, esse quantitativo foi significativamente reduzido para 470 pacotes.

A partir de 2021, não houve registro de consumo de copos descartáveis, cenário que se manteve nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025.

Os dados evidenciam a adoção de medidas efetivas voltadas à eliminação do uso de copos descartáveis, alinhadas a práticas de sustentabilidade e redução de resíduos no âmbito institucional.

AÇÕES IMPLEMENTADAS (programa permanente):

2.1 - Manter a substituição do uso de copos descartáveis por dispositivos duráveis ou biodegradáveis (permanente).

2.2 - Manter o fornecimento de copos descartáveis para o público interno apenas nas unidades que não possuem copa, limitado a 2 (dois) pacotes por mês (permanente).

AÇÃO CONCLUÍDA (atualmente desfeita):

2.3 - Deixar de fornecer copos descartáveis ao público externo quando cessados os efeitos da pandemia de Covid-19 após a instalação de purificadores de pressão para atender a esse público (ação 3.2).



ÁGUA ENVASADA

OBJETIVO: não consumir embalagens descartáveis.

META: Reduzir em 100% o consumo de embalagens plásticas descartáveis em relação ao ano de 2019.

RESPONSÁVEL: Coordenadoria de Material e Logística

RESULTADO APURADO EM 2025: Não foram consumidas embalagens descartáveis em 2025.

Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE GARRAFAS PLÁSTICAS E DOS GASTOS

A análise do consumo de embalagens plásticas descartáveis no período de 2019 a 2025 demonstra significativa redução, culminando na completa descontinuidade de sua utilização a partir de 2021.

No exercício de **2019**, foram consumidas 1.872 embalagens plásticas descartáveis, totalizando gasto de R\$ 3.683,88.

Em **2020**, registrou-se redução expressiva, com o consumo de 720 unidades e despesa correspondente de R\$ 1.421,28.

A partir de 2021, não houve registro de consumo de embalagens plásticas descartáveis, cenário que se manteve nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025.

Os dados evidenciam a adoção de medidas institucionais voltadas à eliminação do uso de materiais plásticos descartáveis, alinhadas às diretrizes de sustentabilidade, racionalização de recursos e redução de impactos ambientais.

AÇÃO IMPLEMENTADA (programa permanente):

3.1 - Manter a não aquisição de água mineral envasada em embalagens descartáveis (500ml).

AÇÃO CONCLUÍDA:

3.2 - Instalar purificadores de água para o público externo, a fim de reduzir ou eliminar o consumo de água mineral envasada em galões de 20 litros.



IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS

OBJETIVO: reduzir o número de equipamentos de impressão.

META: Reduzir em 20% o número de impressoras em relação ao ano de 2019.

RESPONSÁVEL: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

RESULTADO APURADO EM 2025: o número de impressoras foi **reduzido para 234 em 2025**, o que representa uma **queda de 25,71%** em relação ao número registrado em 2019.

Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS (IMPRESSORAS E IMPRESSÕES)

A análise do parque de impressoras e do volume de impressões, realizada no período de 2019 a 2025, evidencia tendência contínua de racionalização dos recursos de impressão.

Em **2019**, a instituição contava com 315 impressoras, tendo sido realizadas 2.679.000 impressões.

No exercício de **2020**, o quantitativo de equipamentos foi de 316 unidades, com redução significativa no volume de impressões, que totalizou 1.206.000.

Em **2021**, o número de impressoras foi reduzido para 291 unidades, registrando-se 1.203.000 impressões.

No ano de **2022**, o parque foi novamente reduzido, passando a 282 impressoras, com 661.500 impressões realizadas.

Em **2023**, contabilizaram-se 259 impressoras e 420.500 impressões.

Em **2024**, o quantitativo foi de 252 equipamentos, com 282.500 impressões.

Por fim, em 2025, o Tribunal passou a contar com 234 impressoras e registrou 321.000 impressões.

De forma geral, observa-se redução gradual tanto do número de equipamentos quanto do volume de impressões ao longo da série histórica, indicando avanço nas medidas de digitalização de processos e racionalização do uso de recursos. O aumento pontual no volume de impressões em 2025, em comparação com 2024, não altera a tendência global de diminuição verificada no período analisado.



IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS

AÇÃO IMPLEMENTADA:

4.2 - Diminuir a quantidade total de impressoras e, por conseguinte, aumentar a quantidade de usuários e impressões por equipamento.

AÇÃO NÃO CONCLUÍDA:

4.1 - Implantar a política de impressão no Tribunal.



ENERGIA ELÉTRICA

OBJETIVO: reduzir o consumo de energia elétrica.

META: Reduzir em 8% o consumo de energia elétrica (kWh) em relação ao ano de 2019.

RESPONSÁVEL: Divisão de Manutenção e Projetos de Engenharia

RESULTADO APURADO EM 2025: foram consumidos 1.776,669 kWh, o que representa uma **redução de 8,46%** em relação ao consumo registrado em 2019. Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO E DOS GASTOS

A análise do consumo de energia elétrica no período de 2019 a 2025 demonstra oscilações tanto no volume consumido quanto nos valores despendidos ao longo da série histórica.

No exercício de **2019**, foram consumidos 1.940.974 kWh, com gasto total de R\$ 1.246.270.

Em **2020**, verificou-se redução no consumo, que totalizou 1.599.687 kWh, com despesa de R\$ 1.219.441.

Em **2021**, o consumo foi de 1.663.526 kWh, resultando em gasto de R\$ 1.388.959.

No ano de **2022**, registrou-se consumo de 1.606.537 kWh, com despesa de R\$ 1.393.574.

No exercício de **2023**, o consumo aumentou para 1.808.780 kWh, com gasto total de R\$ 1.536.541.

Em **2024**, foram consumidos 1.944.205 kWh, representando o maior volume da série, com despesa de R\$ 1.639.064.

Por fim, em 2025, o consumo foi de 1.776.669 kWh, com gasto total de R\$ 1.458.493,98.

De modo geral, observa-se que, embora o consumo tenha apresentado variações ao longo dos anos, os valores despendidos evidenciam impacto das oscilações tarifárias e das condições de mercado, especialmente a partir de 2021. Em 2025, houve redução tanto no consumo quanto na despesa em comparação ao exercício anterior, mantendo-se, contudo, patamar superior ao registrado em 2020.



ENERGIA ELÉTRICA

AÇÃO CONCLUÍDA:

5.2 - Instituir plano de substituição de lâmpadas fluorescentes por dispositivos de tecnologia LED.

AÇÕES NÃO IMPLEMENTADAS:

5.1 - Instituir plano de substituição de equipamentos de ar-condicionado.

5.3 - Instituir plano de instalação, monitoramento e manutenção dos sistemas de geração de energia fotovoltaica.



ÁGUA E ESGOTO

OBJETIVO: reduzir o consumo de água de abastecimento.

META: Reduzir em 9% o consumo de água de abastecimento em relação ao ano de 2019.

RESPONSÁVEL: Divisão de Manutenção e Projetos de Engenharia

RESULTADO APURADO EM 2025: foram consumidos 10.339m³ de água, o que representa uma **redução de 1,96%** em relação ao consumo registrado em 2019. Apesar dessa redução, verifica-se o **descumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO E DOS GASTOS

A análise do consumo de água no período de 2019 a 2025 demonstra variações no volume consumido e crescimento progressivo das despesas ao longo da série histórica.

Em **2019**, foram consumidos 10.546 m³ de água, com gasto total de R\$ 288.536,34.

No exercício de **2020**, observou-se redução significativa no consumo, que totalizou 7.675 m³, com despesa de R\$ 184.247,70.

Em **2021**, o consumo foi de 9.238 m³, gerando gasto de R\$ 265.385,95.

No ano de **2022**, registrou-se novo decréscimo no volume consumido, alcançando 7.752 m³, contudo com aumento da despesa para R\$ 308.496,16.

No exercício de **2023**, o consumo foi de 8.916 m³, com gasto total de R\$ 369.331,08.

Em **2024**, verificou-se aumento expressivo, atingindo 10.294 m³, com despesa de R\$ 413.907,55.

Por fim, em 2025, foram consumidos 10.339 m³ de água, com gasto total de R\$ 422.748,62, representando o maior valor despendido na série analisada.

De modo geral, observa-se que, embora o volume consumido tenha oscilado ao longo dos anos, os gastos apresentaram tendência de crescimento, possivelmente em razão de reajustes tarifários e da elevação dos custos operacionais do serviço.



ÁGUA E ESGOTO

AÇÕES IMPLEMENTADAS:

6.2 - Substituir todas as torneiras de abrir por outras com válvula de fechamento automático ou com arejadores.

6.3 - Substituir as bacias e válvulas sanitárias por bacias com caixa acoplada, preferencialmente de fluxo duplo.

6.5 - Implantar rotina de vistoria semanal.

AÇÃO CONCLUÍDA:

6.1 - Monitorar o consumo de água para detecção de eventuais vazamentos.

AÇÃO NÃO IMPLEMENTADA:

6.4 - Melhorar os sistemas de captação de água de chuva já instalados no Regional.



GESTÃO DE RESÍDUOS

OBJETIVO: dar destinação correta a todos os resíduos do TRT da 24ª Região.

META: Aumentar em 50% o número de unidades do interior com coleta seletiva em relação ao ano de 2020.

RESPONSÁVEL: Seção de Sustentabilidade e Acessibilidade

RESULTADO APURADO EM 2025: O número de unidades do interior com coleta seletiva se manteve em 14 unidades no ano de 2025, o que representa um **aumento de 180%** em relação a 2020. Assim, verifica-se o cumprimento da meta estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS

A evolução da implantação da coleta seletiva nas unidades do interior demonstra ampliação gradual ao longo do período analisado.

Em **2019**, quatro (4) unidades do interior contavam com sistema de coleta seletiva.

Em **2020**, esse número foi ampliado para cinco (5) unidades e, em **2021**, para seis (6).

No exercício de **2022**, registrou-se a implementação em sete (7) unidades, quantitativo que se manteve no ano de **2023**.

Em **2024**, observou-se avanço significativo, com a ampliação para catorze (14) unidades contempladas.

Em 2025, o número de unidades do interior com coleta seletiva permaneceu em catorze (14), consolidando a expansão verificada no exercício anterior.

De modo geral, os dados evidenciam o fortalecimento das ações voltadas à gestão adequada de resíduos sólidos e à promoção de práticas sustentáveis nas unidades descentralizadas.



GESTÃO DE RESÍDUOS

AÇÕES IMPLEMENTADAS:

- 7.1 - Manter o programa de coleta seletiva na Capital e nas cidades de Corumbá, Dourados, Mundo Novo, Naviraí e Três Lagoas.
- 7.2 - Implantar a coleta seletiva nas unidades do interior que ainda não possuem.
- 7.4 - Manter a constante conscientização do público interno e externo sobre o correto descarte de resíduos.
- 7.5 - Inserir o tema sustentabilidade nas correções ordinárias, em especial quanto à gestão de resíduos.

AÇÃO NÃO CONCLUÍDA:

- 7.3 - Elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do Tribunal.



REFORMAS E CONSTRUÇÕES

OBJETIVO: obter selo de eficiência energética (etiquetagem) de todas as edificações pertencentes ao Tribunal.

META: Aumentar em 75% o número de edificações com selo em relação ao ano de 2019.

RESPONSÁVEL: Divisão de Manutenção e Projetos de Engenharia

RESULTADO APURADO EM 2025: Nenhuma edificação recebeu selo de eficiência energética.

Assim, verifica-se o **descumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS (Edifícios com selo)

Durante todos os exercícios analisados — 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 — **nenhum edifício da instituição foi certificado com selo de eficiência energética.**

Os dados indicam a inexistência, até o momento, de certificações formais nessa área, evidenciando oportunidade para avaliação de medidas voltadas à melhoria do desempenho energético das edificações e à eventual obtenção de certificações reconhecidas.

AÇÃO IMPLEMENTADA:

8.2 - Na fase de planejamento da contratação, inserir critérios de sustentabilidade nos estudos preliminares e projetos básicos.

AÇÃO NÃO IMPLEMENTADA:

8.1 - Obter a etiquetagem de eficiência energética em edifícios (selo PROCEL-EDIFICA)



LIMPEZA

OBJETIVO: monitorar gastos com contratos de terceirização de serviços de limpeza.

META: Este indicador foi mantido no PLS para fins de monitoramento, sem, contudo, estabelecerem-se metas de redução, haja vista que a mão de obra para os serviços de limpeza vem se mantendo aquém da necessária.

RESPONSÁVEL: DCATT

EVOLUÇÃO DOS GASTOS

No período de 2019 a 2025, os gastos com contratos e materiais de limpeza variaram de acordo com a área contratada em cada exercício.

Em **2019**, para uma área de 56.588,51 m², as despesas totalizaram R\$ 2.040.720,35 com contratos de limpeza e R\$ 48.539,03 com materiais.

No exercício de **2020**, mantida a mesma área contratada, os valores despendidos foram de R\$ 1.224.693,04 em contratos e R\$ 46.544,35 em materiais.

Em **2021**, com ampliação da área para 56.991,68 m², os custos alcançaram R\$ 1.739.239,52 em contratos de limpeza e R\$ 36.573,86 em materiais.

Já em **2022**, para uma área contratada de 55.800,01 m², as despesas corresponderam a R\$ 1.881.660,99 com contratos e R\$ 48.098,83 com materiais.

No ano de **2023**, mantida a mesma metragem, os gastos somaram R\$ 1.858.677,87 em contratos de limpeza e R\$ 92.535,00 em materiais.

Em **2024**, com expansão da área para 58.888,78 m², os valores registrados foram de R\$ 2.282.503,78 referentes aos contratos e R\$ 78.024,22 aos materiais de limpeza.

Por fim, em 2025, para a mesma área contratada, as despesas atingiram R\$ 2.202.108,06 em contratos de limpeza e R\$ 112.667,16 em materiais.

AÇÕES IMPLEMENTADAS:

9.1 - Realizar o acompanhamento das medidas de biossegurança durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19.

9.2 - Alterar a metodologia de contratação por postos para contratação por área limpa com instrumento de medição de resultados.

9.3 - Utilizar materiais de limpeza que atendam aos critérios de sustentabilidade.



VIGILÂNCIA

OBJETIVO: monitorar gastos com contratos de terceirização de serviços de vigilância.

META: Este indicador foi mantido no PLS para fins de monitoramento, sem, contudo, estabelecerem-se metas de redução, haja vista que a mão de obra para os serviços de vigilância vem se mantendo aquém da necessária.

RESPONSÁVEL: Coordenadoria de Polícia Judicial

EVOLUÇÃO DOS GASTOS

No período de 2019 a 2025, as despesas com vigilância apresentaram variação ao longo dos exercícios.

Em **2019** e **2020**, os gastos totalizaram R\$ 668.563,59 e R\$ 651.729,59, respectivamente.

A partir de **2021**, passaram a coexistir contratos de vigilância presencial e eletrônica. Nesse ano, foram despendidos R\$ 954.489,90 com vigilância referente a 18 postos de trabalho, além de R\$ 339.196,12 com vigilância eletrônica.

Em **2022** e **2023**, com 17 postos de trabalho, os gastos com vigilância presencial atingiram R\$ 980.794,18 e R\$ 1.011.820,59, enquanto a vigilância eletrônica somou R\$ 346.449,30 e R\$ 466.209,95, respectivamente.

Já em **2024**, com 18 postos, as despesas corresponderam a R\$ 1.232.379,07 em vigilância presencial e R\$ 243.337,24 em vigilância eletrônica.

Por fim, em 2025, com 17 postos de trabalho, os gastos alcançaram R\$ 1.260.081,87 e R\$ 165.783,29, respectivamente.



TELEFONIA

OBJETIVO: reduzir os gastos com telefonia fixa.

META: Reduzir em 12% os gastos com telefonia fixa em relação ao ano de 2020.

RESPONSÁVEL: DCATT

RESULTADO APURADO EM 2025: foram gastos R\$ 77.349,74 reais com telefonia em 2025, o que representa uma **redução de 13,86%** em relação ao número registrado em 2020. Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS (telefonia fixa e móvel)

No período de 2019 a 2025, as despesas com telefonia fixa e móvel apresentaram variações ao longo dos exercícios.

Em **2019**, os gastos somaram R\$ 85.598,55 com telefonia fixa e R\$ 28.857,96 com telefonia móvel, passando, em **2020**, para R\$ 89.794,49 e R\$ 29.404,98, respectivamente.

Em **2021** e **2022**, as despesas com telefonia fixa alcançaram R\$ 141.804,06 e R\$ 144.834,75, enquanto a telefonia móvel registrou R\$ 28.931,00 e R\$ 30.658,97.

Nos anos de **2023** e **2024**, os gastos com telefonia fixa foram de R\$ 135.187,45 e R\$ 112.593,69, respectivamente. No mesmo período, a telefonia móvel manteve relativa estabilidade, com valores de R\$ 31.345,03, R\$ 37.466,68 e R\$ 30.968,83.

Em 2025, as despesas corresponderam a R\$ 77.349,74 com telefonia fixa (onde observa-se redução gradual dos gastos) e R\$ 30.968,83 com telefonia móvel.

AÇÃO CONCLUÍDA:

11.1 - Realizar estudos para análise da viabilidade da ampliação da telecomunicação digital (IP).



VEÍCULOS

OBJETIVO: reduzir os custos com manutenção da frota oficial.

META: Reduzir em 9% os custos com manutenção relativamente ao ano de 2019.

RESPONSÁVEL: DCATT

RESULTADO APURADO EM 2025: foram gastos R\$ 100.711,47 reais com manutenção dos veículos em 2025, o que representa uma **redução de 34,70%** em relação ao número registrado em 2019. Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS

Entre 2019 e 2025, os dispêndios com manutenção de veículos e com o contrato de motoristas apresentaram variações ao longo do período.

Em **2019**, os gastos totalizaram R\$ 154.224,88 em manutenção de veículos e R\$ 259.739,95 em contratação de motoristas.

No exercício de **2020**, foram despendidos R\$ 149.831,13 e R\$ 180.151,98, respectivamente.

Em **2021**, registrou-se redução nas despesas com manutenção de veículos, que somaram R\$ 60.218,13, enquanto os gastos com o contrato de motoristas alcançaram R\$ 323.494,53. No ano seguinte, **2022**, as despesas aumentaram para R\$ 187.923,63 com manutenção e R\$ 341.727,74 com motoristas. Já em **2023**, os valores chegaram a R\$ 256.582,51 em manutenção de veículos e R\$ 403.016,15 no contrato de motoristas. Em **2024**, os gastos corresponderam a R\$ 290.396,61 e R\$ 351.667,14, respectivamente.

Por fim, em 2025, foram registrados R\$ 100.711,47 em manutenção de veículos e R\$ 435.535,37 em despesas com o contrato de motoristas.

AÇÃO IMPLEMENTADA:

12.1 - Adotar sistema de gestão de frota.

AÇÃO CONCLUÍDA:

12.3 - Adquirir veículo de tecnologia híbrida ou elétrica.

12.2 - Realizar estudo para análise da viabilidade de locação de frota.



COMBUSTÍVEL

OBJETIVO: reduzir a utilização de combustíveis de origem fóssil.

META: Reduzir em 9% o consumo de combustíveis fósseis em relação ao ano de 2019.

RESPONSÁVEL: DCATT

RESULTADO APURADO EM 2025: foram consumidos 24.012,76 litros de combustíveis fósseis em 2025, o que representa uma **redução de 35%** em relação ao número registrado em 2019.

Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO

No período de 2019 a 2025, o consumo de combustíveis apresentou oscilações relevantes, refletindo variações na demanda e na utilização da frota institucional. Em 2019, registrou-se o consumo de 9.909 litros de gasolina, 3.032 litros de etanol e 26.964 litros de diesel. No ano seguinte, 2020, houve redução significativa no consumo, totalizando 4.384 litros de gasolina, 578 litros de etanol e 12.621 litros de diesel. Em 2021, observou-se discreta elevação, com 5.593 litros de gasolina, 879 litros de etanol e 16.926 litros de diesel. Já em 2022, verificou-se aumento expressivo, especialmente no consumo de diesel, que atingiu 39.297 litros, além de 7.225 litros de gasolina e 2.233 litros de etanol. No exercício de 2023, os quantitativos foram de 6.327 litros de gasolina, 5.479 litros de etanol e 21.949 litros de diesel. Em 2024, constatou-se nova redução, com consumo de 4.531 litros de gasolina, 3.726 litros de etanol e 17.573 litros de diesel.

Por fim, em 2025, até o período apurado, foram consumidos 2.026 litros de gasolina, 3.726 litros de etanol e 21.986 litros de diesel.

De modo geral, observa-se que o diesel concentra os maiores volumes de consumo ao longo de toda a série histórica, apresentando pico em 2022, enquanto gasolina e etanol demonstram variações menos acentuadas, com tendência de redução nos anos mais recentes.

AÇÃO IMPLEMENTADA:

13.1 - Manter a utilização prioritária de biocombustíveis em lugar de combustíveis fósseis.

AÇÃO CONCLUÍDA:

13.2 - Criar guia de procedimentos de saída de veículos.



AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

OBJETIVO: aumentar o percentual de contratações sustentáveis.

META: aumentar o percentual para, pelo menos, 58%.

RESPONSÁVEL: Coordenadoria de Material e Logística e Divisão de Governança de Contratações

RESULTADO APURADO EM 2025: De um total de 87 contratações realizadas em 2025, 69 delas – o equivalente a **79% – incluíram critérios sustentáveis**. Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS (percentual de aquisições sustentáveis)

No período de 2019 a 2025, o quantitativo de contratações realizadas apresentou variações, assim como a incorporação de critérios de sustentabilidade.

Em **2019**, foram efetuadas 125 contratações, das quais 44 (35,2%) contemplaram tais critérios.

No exercício de **2020**, registraram-se 93 contratações, sendo 46 (49,46%) com a inclusão de requisitos sustentáveis.

Em **2021**, do total de 89 contratações realizadas, 34 (38,2%) atenderam a critérios de sustentabilidade.

Em **2022**, foram formalizadas 114 contratações, das quais 44 (38,5%) incorporaram critérios sustentáveis.

Observa-se avanço significativo em **2023**, quando, entre 98 contratações, 68 (70%) incluíram tais requisitos.

Já em **2024**, das 99 contratações realizadas, 86 (87%) contemplaram critérios de sustentabilidade.

Por fim, em 2025, foram contabilizadas 87 contratações, sendo 69 (79%) com a adoção de critérios sustentáveis.



AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

AÇÕES IMPLEMENTADAS:

14.1 - Manter a aplicação das diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho nas aquisições e contratações.

14.2 - Submeter à análise e acompanhamento da unidade de sustentabilidade os Estudos Preliminares para averiguação quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade.

AÇÃO CONCLUÍDA:

14.3 - Capacitar servidores que elaborem TR/PB e servidores da unidade de licitações e contratos para inserção adequada dos critérios de sustentabilidade.



QUALIDADE DE VIDA

OBJETIVO: melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho do corpo funcional.

META: atingir o índice de ao menos 77% de satisfação pessoal.

RESPONSÁVEL: NSPAS

RESULTADO APURADO EM 2025: A média geral dos itens avaliados em pesquisa de clima organizacional **foi 86,5%.**

Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS

No período de 2019 a 2024, a média geral dos itens avaliados na pesquisa de clima organizacional manteve-se em níveis elevados, com oscilações ao longo dos anos.

Em 2019 e 2020, o índice permaneceu em 87%.

Em 2021, houve redução para 71%, seguida de recuperação em 2022, quando a média alcançou 81%, resultado que se repetiu em 2023.

Em 2024, verificou-se novo avanço, com a média geral atingindo 86,5%.

Em 2025, a média geral dos itens avaliados na pesquisa de clima organizacional manteve-se em 86,5%.



QUALIDADE DE VIDA

AÇÕES IMPLEMENTADAS:

- 15.1 - Incentivar o teletrabalho ordinário por meio da sensibilização dos gestores das unidades.
- 15.2 - Promover o acolhimento de novos magistrados e servidores (nomeados, removidos e redistribuídos)
- 15.3 - Realizar vacinação com o público interno (magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e menores aprendizes) que possua interesse na campanha.
- 15.5 - Promover o acolhimento psicológico a magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e menores aprendizes.
- 15.6 - Promover suporte psicossocial na resolução de conflitos no ambiente de trabalho.
- 15.7 - Acompanhar e desenvolver ações relativas ao programa para Gestantes e Nutrizes, e acolhimento dos pais.
- 15.8 - Acompanhar e assistir as pessoas enlutadas (magistrados, servidores e dependentes/familiares).

AÇÃO NÃO IMPLEMENTADA:

- 15.4 - Retomar o programa de ginástica laboral, com atendimento aos grupos remoto e presencial.

AÇÃO CONCLUÍDA:

- 15.9 - Apoiar a realização da Olimpíada da Justiça do Trabalho.



CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO: promover a sensibilização e a capacitação do corpo funcional.

META: aumentar em 400% o número de eventos promovidos pelo Tribunal ou em parceria em relação ao ano de 2019.

RESPONSÁVEL: Escola Judicial

RESULTADO APURADO EM 2025: foram realizadas 04 capacitações em 2025, o que representa um **aumento de 300%** em relação ao número registrado em 2019. Assim, verifica-se o **descumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS (capacitações)

No período de 2019 a 2024, a realização de capacitações em sustentabilidade apresentou variações ao longo dos anos.

Em 2019, 2020 e 2021, foi promovida uma (1) capacitação por exercício.

Em 2022, houve ampliação, com a realização de três (3) capacitações.

Em 2023, retornou-se ao patamar de uma (1) capacitação anual, enquanto em 2024 foram promovidas quatro (4) capacitações.

Em 2025, foram realizadas quatro (4) capacitações em sustentabilidade.

AÇÃO IMPLEMENTADA:

16.2 - Promover a capacitação e sensibilização continuada por meio de cursos, oficinas, vídeos, webinar e lives nos temas Educação Ambiental, Inovação e Sustentabilidade no Trabalho para magistrados, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados.

AÇÃO CONCLUÍDA:

16.1 - Capacitar magistrados e servidores para compreensão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

OBJETIVO: melhorar o planejamento, a execução e o monitoramento das ações de acessibilidade.

META: aumentar em 100% a realização de ações globais de acessibilidade em relação ao ano de 2019, com base nos parâmetros estabelecidos pelo Prêmio CNJ de Qualidade.

RESPONSÁVEL: Seção de Sustentabilidade e Acessibilidade

RESULTADO APURADO EM 2025: Foram realizadas **quinze (15) ações globais de acessibilidade.**

Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS (ações globais promovidas)

No período de 2019 a 2025, o número de ações globais de acessibilidade desenvolvidas variou ao longo dos anos.

Em **2019**, foram realizadas sete ações.

Nos exercícios de **2020** e **2021**, esse quantitativo foi ampliado para quinze ações anuais.

Em **2022**, registrou-se redução, com a promoção de nove ações, seguida de novo incremento em **2023**, quando foram desenvolvidas treze ações.

Em **2024**, observou-se o maior volume do período, com a realização de dezessete ações globais de acessibilidade.

Por fim, em 2025, foram promovidas 15 (quinze) ações globais de acessibilidade.



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

AÇÕES IMPLEMENTADAS:

- 17.3 - Realizar o monitoramento das necessidades de readaptações supervenientes à remoção das barreiras arquitetônicas, promovendo as adequações necessárias.
- 17.5 - Manter equipe multidisciplinar (médico, psicólogo e assistente social) para avaliações e acompanhamento biopsicossocial.
- 17.6 - Realizar o mapeamento dos indicadores da Resolução 401/2021 do CNJ junto aos setores envolvidos nas ações de acessibilidade.
- 17.7 - Realizar a verificação de usuário (magistrado e servidor com deficiência) acerca da acessibilidade e inclusão no ambiente de trabalho.
- 17.9 - Realizar o monitoramento das necessidades de atualizações dos sistemas e ferramentas de TIC acessíveis implementados.
- 17.10 - Promover encontros anuais com os membros do colegiado.
- 17.11 - Manter um canal de comunicação constante em grupo de WhasApp dos membros do SPAI.

AÇÕES CONCLUÍDAS:

- 17.1 - Promover ações formativas de sensibilização e de inclusão das pessoas com deficiência.
- 17.2 - Realizar a remoção das barreiras arquitetônicas.
- 17.4 - Realizar a capacitação em LIBRAS de servidores voltados ao atendimento da pessoa com deficiência auditiva.
- 17.8 - Promover a constante acessibilidade no site, sistemas informatizados de tramitação processual, sistemas de comunicação e tecnologia da informação.



EQUIDADE

OBJETIVO: promover políticas afirmativas para se atingir o pleno respeito à identidade e a outras condições sociais da pessoa.

META: aumentar em, ao menos, 40% a realização de ações globais de equidade em relação ao ano de 2020.

RESPONSÁVEL: Subcomitê de Equidade, Gênero, Raça e Diversidade

RESULTADO APURADO EM 2025: Foram realizadas **treze (13) ações globais de equidade**.

Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS (ações globais promovidas)

Em 2019, não houve registro de iniciativas.

Em 2020, foram desenvolvidas três ações, número que aumentou para cinco em 2021 e seis em 2022.

Em 2023, verificou-se um crescimento expressivo, com a realização de dezessete ações, patamar que se manteve em 2024.

Já em 2025, foram implementadas treze ações globais de equidade.

AÇÕES IMPLEMENTADAS:

18.2 - Capacitar e sensibilizar para o tema Equidade de Gênero, Raça e Diversidade por meio da divulgação de cursos, vídeos, oficinas, informes, webinar e lives das Escolas Judiciais para captação e difusão do conhecimento.

18.3 - Manter e ampliar a contratação de egressos do sistema prisional.

18.5 - Promover a colocação equilibrada entre gêneros na contratação de jovens aprendizes, sempre que possível.

AÇÃO CONCLUÍDA:

18.4 - Promover campanha de sensibilização dos gestores do Tribunal sobre a necessidade de propiciar o acesso igualitário aos cargos comissionados e estimular mulheres a ocuparem tais postos de trabalho.

AÇÃO NÃO IMPLEMENTADA:

18.1 - Promover a inclusão equitativa por meio das contratações de terceirizados do sexo masculino e feminino, observando os critérios legais estabelecidos para as cotas de inclusão.



DESCARBONIZAÇÃO

OBJETIVO: promover a descarbonização do TRT24, por meio de ações para medir, reduzir e compensar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

META: Reduzir e neutralizar em 10% as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em relação ao ano de 2023.

RESPONSÁVEL: Seção de Sustentabilidade e Acessibilidade

RESULTADO APURADO EM 2025: foram emitidas **229,12 toneladas métricas de CO2 equivalente (tCO2e)** em 2025, o que representa uma **redução de 41%** em relação ao número registrado em 2023.

Assim, verifica-se o **cumprimento da meta** estabelecida para o exercício de 2025.

EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS

Apesar do indicador sobre descarbonização surgir com o advento da Resolução CNJ n. 594, de 8 de novembro de 2024, o TRT da 24ª Região iniciou a realização do inventário de emissões de GEE **em 2023, quando emitiu 390,32 toneladas** métricas de CO2 equivalente (tCO2e).

Em 2024, foram emitidas 261,67 toneladas métricas de CO2 equivalente (tCO2e), sendo: 114,82t no escopo 1 (combustão estacionária, combustão móvel e emissões fugitivas); 107,77t no escopo 2 (eletricidade) e 39,08 no escopo 3 (viagens a negócios).

Já em 2025, foram emitidas 229,12 toneladas métricas de CO2 equivalente (tCO2e), sendo: 98,68t no escopo 1; 93,94 no escopo 2 e 36,50 no escopo 3.



DESCARBONIZAÇÃO

AÇÕES IMPLEMENTADAS:

19.1 - Substituir o uso de gasolina por etanol em todos os veículos flex da frota da organização.

19.5 - Manter, na medida do possível, o percentual máximo de pessoas em teletrabalho.

19.8 - Compensar parte das emissões de GEE por meio da preservação de mata nativa em área já pertencente ao TRT24.

AÇÃO NÃO IMPLEMENTADA:

19.6 - Reforçar a participação remota em reuniões e eventos.

19.7 - Compensar emissões de GEE por meio de apoio a projetos de reflorestamento.

AÇÕES NÃO CONCLUÍDAS:

19.3 - Receber energia elétrica proveniente de fontes renováveis.

19.4 - Redução da quantidade de lâmpadas nas calhas subaproveitadas.

19.9 - Adotar mecanismos para mensuração das emissões de Escopo 3.



ANÁLISE DE DESEMPENHO

O Plano de Logística Sustentável do TRT da 24ª Região (PLS-TRT24) estabeleceu e formalizou os indicadores, objetivos e metas relacionados à temática da sustentabilidade, com horizonte de execução até o ano de 2026.

A aferição dos resultados foi realizada com base nos indicadores definidos e nas respectivas linhas de base previamente estabelecidas no PLS-TRT24, possibilitando a mensuração objetiva do desempenho institucional no período analisado.

No exercício em referência, dos 19 indicadores constantes do Plano, 17 possuem metas definidas. **Desses 17 indicadores, 14 atingiram as metas estabelecidas, correspondendo a 82% do total, enquanto 3 indicadores (18%) não alcançaram os resultados previstos.**

Ressalta-se que os indicadores relativos às áreas de vigilância e limpeza não possuem metas estabelecidas no âmbito do Plano.

Sobre as iniciativas previstas no Plano de Ações do PLS, adotou-se como critério classificá-las da seguinte forma:

- ☐ **CONCLUÍDAS:** as que possuem período de início e fim determinados e foram cumpridas dentro do prazo;
- ☐ **NÃO CONCLUÍDAS:** as que possuem período de início e fim determinados, mas que ou não foram iniciadas ou não foram cumpridas dentro do prazo;
- ☐ **IMPLEMENTADAS:** as que possuem prazo para término no final da execução do PLS ou que não tenham término previsto, por se tratarem de programas permanentes adotados pelo Tribunal, mas que tiveram sua implantação bem-sucedida;
- ☐ **NÃO IMPLEMENTADAS:** ações que possuem prazo para término no final da execução do PLS ou programas permanentes que ainda não foram iniciados.

Quando o indicador não contempla qualquer ação a ser iniciada ou concluída no ano-base, esse campo é deixado em branco.

No exercício de 2025, estavam previstas 11 ações para início ou conclusão. **Dentre essas, 3 (três) foram devidamente implementadas e 2 (duas) foram concluídas no período.**

Por outro lado, 4 (quatro) ações não foram concluídas até o encerramento do exercício e 2 (duas) não chegaram a ser implementadas.



JUSTIFICATIVAS

METAS NÃO ALCANÇADAS:

No que se refere ao indicador “**Água e Esgoto**”, o aumento do consumo de água no período analisado pode ser explicado por múltiplos fatores. Entre eles, verificou-se incremento nas atividades de manutenção predial e nos procedimentos de higienização, intensificados em razão da adoção de protocolos sanitários. Registra-se, ainda, a ocorrência de vazamentos pontuais ao longo do período, os quais foram devidamente identificados e sanados, mas que contribuíram, temporariamente, para a elevação do consumo.

Quanto ao indicador “**Reformas e Construções**”, registra-se que, no exercício de 2025, não foi possível obter o selo de eficiência energética para as edificações do Tribunal em virtude da priorização de outras demandas. Não obstante, vêm sendo implementadas iniciativas voltadas à melhoria do desempenho energético das instalações prediais, com vistas ao atendimento dos requisitos necessários à obtenção da certificação nos próximos exercícios.

Sobre o indicador “**Capacitação em Sustentabilidade**”, duas capacitações deixaram de ser promovidas devido à limitação orçamentária.

AÇÕES NÃO CONCLUÍDAS:

As ações **4.1 (Implantar a política de impressão no Tribunal); 7.3 (Elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do Tribunal); e 19.4 (Redução da quantidade de lâmpadas nas calhas subproveitadas)** não foram concluídas em razão do redirecionamento dos esforços das equipes responsáveis para outras ações e projetos considerados prioritários.

Quanto à ação **19.3 (Receber energia elétrica proveniente de fontes renováveis)**, a Administração não considerou conveniente nem oportuno adotá-la.

AÇÕES NÃO IMPLEMENTADAS:

A ação **19.6 (Reforçar a participação remota em reuniões e eventos)** ficou prejudicada em razão do retorno ao trabalho presencial. Não obstante, sempre que possível são promovidos eventos a distancia ou híbridos para evitar deslocamentos.

Já a ação **19.7 (Compensar emissões de GEE por meio de apoio a projetos de reflorestamento)** não foi implementada em razão de sua inviabilidade financeira.





Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 208
Campo Grande, MS - CEP: 79031-908
Telefone: (67) 3316-1891